
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 002, DE 27 DE JANEIRO DE 2026

**SENHOR PRESIDENTE,
ILUSTRES LEGISLADORES,**

Por intermédio deste expediente encaminhamos a essa Colenda Casa de Leis o Projeto de Lei nº. 002/2026, que restou assim ementado: **“DISPÕE SOBRE O DESCONTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, PARA O EXERCÍCIO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A matéria se faz necessária para cumprir o que determina o Código Tributário Municipal, onde estabelece que o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, será determinado por Lei, conforme disposto no art. 206, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2014).

Dessa maneira, Nobres Vereadores, a matéria em pauta, propõe conceder desconto para o pagamento do IPTU 2026, com o objetivo de cumprir o estabelecido em Lei, bem como incentivar a quitação do imposto à vista, razões pelas quais se impõe a necessidade da presente proposta.

Na certeza de contarmos com a colaboração para a aprovação, por unanimidade, elucidamos as razões do projeto de lei que ora apresento a essa Colenda Casa do Povo, valendo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, 28 de janeiro de 2025.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**

CIDADE EM *Transformação*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 002, DE 27 DE JANEIRO DE 2026

**DISPÕE SOBRE O DESCONTO DO
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL
URBANO - IPTU, PARA O EXERCÍCIO 2026,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de
Campo Verde, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprecie e aprove o seguinte
Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º. Fica estabelecido o desconto de 20% (vinte por cento) para
o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU 2026, para pagamento à vista até 30/06/2026.

Parágrafo único. O contribuinte que estiver adimplente com o
pagamento dos tributos municipais, além do desconto previsto no *caput* deste artigo, terá o
acréscimo de 10% (dez por cento), no desconto no pagamento à vista do IPTU 2026,
totalizando 30% (trinta por cento) de desconto.

Art. 2º. O IPTU de 2026 poderá ser parcelado, sem os descontos
previstos no Art. 1º, em até 05 (cinco) parcelas, com os seguintes vencimentos:

I - 1ª parcela com vencimento em 30/06/2026;

II - 2ª parcela com vencimento em 31/07/2026;

III - 3ª parcela com vencimento em 31/08/2026;

IV - 4ª parcela com vencimento em 30/09/2026;

V - 5ª parcela com vencimento em 30/10/2026;

Parágrafo único. O valor de cada parcela, não poderá ser inferior a 30 (trinta) UPFCV.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, 27 de janeiro de 2026.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 002, DE 27 DE JANEIRO DE 2026

ANEXO – OFÍCIO Nº. 033/2026 - SEMFAZ

Campo Verde-MT, 26 de janeiro de 2026

Ofício nº. 033/2026 – SEMFAZ

À

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT

Aos cuidados do(a) Senhor(a) Procurador-Geral

Assunto: Solicitação – Projeto de Lei Complementar

Senhor(a) Procurador-Geral,

Com cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar a essa Douta Procuradoria a elaboração de Projeto de Lei Complementar que disponha sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, especialmente no que se refere a critérios de concessão de desconto, forma de parcelamento, prazos, condições de pagamento e demais aspectos correlatos, em substituição a Lei Complementar Nº. 209 de 05 de fevereiro de 2025.

A iniciativa se faz necessária para a adequada atualização e consolidação legislação tributária municipal, conferindo maior segurança jurídica à Administração e aos contribuintes, bem como para viabilizar a implementação das diretrizes de arrecadação previstas para o próximo exercício fiscal.

Após a elaboração, solicita-se que o referido Projeto de Lei Complementar seja encaminhado ao Poder Legislativo Municipal, para apreciação e deliberação pela Câmara dos Vereadores, nos termos do devido processo legislativo.

Colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos técnicos ou informações complementares que se fizerem necessárias ao desenvolvimento da minuta legislativa.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EVERTON JUNIOR PEREIRA
Secretário Municipal de Fazenda
Portaria 012/2025